



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

Mariano Salusto da Silva Neto

O RAP E O RACISMO NA PERIFERIA

Rio de Janeiro

2024

Mariano Salusto da Silva Neto

O RAP E O RACISMO NA PERIFERIA

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola Politécnica de Saúde
Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo
Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito
parcial para aprovação no Curso Técnico
em Gerência em Saúde.**

Orientadora: Gabrielle Paulanti de Melo
Teixeira

Rio de Janeiro

2024

Mariano Salusto da Silva Neto

O RAP E O RACISMO NA PERIFERIA

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola Politécnica de Saúde
Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo
Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito
parcial para aprovação no Curso Técnico
em Gerência em Saúde.**

Aprovado em 04/12/2024.

BANCA EXAMINADORA

**Gabrielle Paulanti de Melo Teixeira
EPSJV / FIOCRUZ**

**Renata Rufino Amaro
EPSJV / FIOCRUZ**

**Flávio Henrique Marcolino da Paixão
EPSJV / FIOCRUZ**

Dedico este trabalho a todos os que me ajudaram ao longo desta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus amigos Marina Albuquerque, Gregório Albuquerque e Wallace Lopes, ao professor e amigo Rafael Riani, e à professora e amiga Gabriele Paulanti pelo apoio e incentivo. Sou grato à minha família, aos amigos e a todos que, de alguma forma, contribuíram para essa caminhada. Um agradecimento especial à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, onde tive aprendizados valiosos.

"A educação  o poder para a mudança."

- Fred Hampton

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar o rap como ferramenta de expressão social e política, evidenciando sua influência para os jovens e sua potência como meio de comunicação e de resistência. A partir de linguagens contestadoras, o rap aborda temas culturais, sociais e políticos, visando desconstruir preconceitos que permeiam a sociedade, como o uso da cannabis (maconha). Esse estilo de música e outras práticas afrodiáspóricas sofrem preconceito e até, em determinados períodos, foram proibidos por serem práticas negras. O rap, ao tratar de temas como o uso da cannabis (maconha), mostra a realidade de pessoas negras e periféricas, assim como o tratamento diferenciado quando se muda o fenótipo, a condição social e o local onde estão inseridas, principalmente quando se trata das forças de segurança do Estado. Como parte da cultura hip hop, o rap utiliza a habilidade de rima e a produção de beats a partir de uma representatividade periférica, visando denunciar questões sociais e distanciar os jovens do crime, como um grito de resistência onde se impõe o silenciamento. Para tal abordagem, será utilizado o conceito necropolítica, assim como a análise de algumas letras de rap.

Palavras-chave: Rap. Racismo estrutural. Cultura periférica.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 JUSTIFICATIVA	10
3 OBJETIVOS	12
3.1 OBJETIVO GERAL	12
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
4 METODOLOGIA	13
5 CAPÍTULO 1: A POLÍTICA DE MORTE, O RAP E SUA IMPORTÂNCIA NAS PERIFERIAS	14
6 CAPÍTULO 2: RAP COMO UM GRITO DE RESISTÊNCIA	19
7 CAPÍTULO 3: ANÁLISE DAS MÚSICAS	25
7.1 CAPÍTULO 4 VERSÍCULO 3 - RACIONAISMCS	25
7.2 SOLDADO DO MORRO DO MV BILL (NACIONAL)	26
7.3 MGH DRILL DO VITIN (MANGUINHOS).....	28
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	31

2.1. OBJETIVO GERAL	12
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
3. METODOLOGIA	13
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31

1. INTRODUÇÃO

*As grades do condomínio são para trazer proteção? mas também trazem a dúvida se
é você que está nessa prisão.*

(O Rappa)

O tema que será abordado neste trabalho engloba o rap e o racismo na periferia, mostrando como a necropolítica virou uma ferramenta de genocídio, principalmente das pessoas negras e periféricas. Assim, evidencia-se a letalidade das forças de segurança do estado e como o racismo foi se atualizando com o tempo, mudando as formas de tortura e letalidade do povo preto. Como no dia 6 de maio de 2021, na comunidade do jacarezinho, tragédia que deixou de mais de 28 vidas ceifadas, arrancadas de suas mães, esposas, filhos e amigos, evidenciando, assim, uma necropolítica¹ racista e violenta.

Apagaram-se as histórias e sonhos de 28 pessoas em uma operação fracassada, que denuncia a falência de uma política de segurança pública baseada na guerra às drogas e na tradição escravocrata e excludente do Estado brasileiro. São os descendentes de pessoas escravizadas que compõem o grupo dos legitimados a morrer (ACHILLE MBEMBE, 2016) e, em se tratando do Jacarezinho, é preciso trazer isso à tona, pois seu território abrigou um quilombo urbano.

No contexto das comunidades cariocas, o rap oferece um espaço de fala e de esperança para a juventude, mostrando que existem saídas para a mudança de vida através da arte, da expressão e representação de suas vivências, contrastando com as representações estigmatizadas dos meios de comunicação tradicionais. O rap cria oportunidades voltadas ao negócio musical, como carreira e organização de eventos.

Além de ser uma forma de expressão cultural e de identidade, o rap é utilizado como forma de protesto contra a violência e de sobrevivência, não só do indivíduo, mas também de sua cultura, desafiando a estrutura de poder (ACHILLE MBEMBE, 2016). Como instrumento de educação e conscientização, o rap transmite conhecimento de temas diversos, desde história do país até a justiça social, promovendo interação com outras culturas, como o samba

¹MBEMBE, Achille. Necropolítica. Arte & ensaios, n. 32, p. 122-151, 2016.

e o funk, o que desafia a análise das músicas, já que a vivência do contexto é necessária para o entendimento das letras.

2. JUSTIFICATIVA

A escolha do tema surgiu a partir de situações presenciadas dentro da comunidade de Manguinhos, zona norte do Rio de Janeiro, vivenciadas no período de 2019 a 2023, com aspectos críticos e sociais diante de episódios de violência extrema e experiências únicas como morador do território. Durante este tempo, observou-se o uso de violência, não só física, como psicológica perante as ações policiais, com abordagens truculentas, mortes de moradores, trocas de tiros, agressões com ameaças, entre outras situações vivenciadas.

O racismo estrutural é evidenciado através do tratamento realizado nas operações policiais a moradores, deixando claro que a lei só é aplicada a determinadas classes sociais mais favorecidas ou privilegiadas: as que têm menos poder aquisitivo recebem uma abordagem totalmente contrária.

Os impactos negativos no cotidiano são sentidos também pelas crianças que estudam em comunidade, através da paralisação do ensino por operações na região. Essas crianças vivenciam situações de violência que acabam influenciando negativamente na forma como enxergam o mundo, influenciando toda a sua vida. Algumas têm sua infância interrompida, sendo compreensível o risco de vida dessas crianças na própria comunidade. Pessoas que trabalham, possuem comércio em comunidade ou ali residem, muitas vezes são saqueadas, agredidas ou silenciadas pelas forças de segurança do estado, tornando uma verdadeira guerra a essa população.

O rap atua nesse contexto social apresentado pelas dificuldades impostas pelas decisões governamentais, abordando aspectos e tema sobre a localização periférica, o poder financeiro, a carência de políticas públicas, saneamento básico e direito à saúde básica.

Em Manguinhos, o rap aparece com pouca força, mas com um grande público consumidor e produtor de arte de rua, como o funk, que reúne muitos artistas da comunidade e resgata muitos deles que estão às margens. Manguinhos tem uma roda de rap próximo à biblioteca, conhecido como PAC conjunto habitacional, onde há uma pista de skate e parque de diversões. Há alguns artistas, mas não são tão famosos quantos rappers de outras comunidades, como, por exemplo, o Vitin. O rap é frequentemente ouvido como referência à vivência e à realidade em dia de guerra, seja por armamento ou dias de enchente com um olhar visual e artístico único, mostrando o potencial dos artistas que aqui vivem (FRANCO, 2023).

A afetividade criada através do carinho do pessoal da comunidade com os MCs (Mestre de Cerimônias) vem da identificação com a ascensão de uma pessoa oriunda de um ambiente marginalizado. Por outro lado, a identificação e a representação com o artista se devem também à criação de videoclipes, que personalizam a realidade, criando um local propício para crítica a partir da reprodução em imagens da realidade. Ou seja, o rap promove um local de sobreposição de tecnologias e tipos de linguagem, enriquecendo ainda mais a cultura excitada pelo povo a partir da vivência e experiências por elas vividas, o que reforça a necessidade de estudarmos as origens e efeitos das artes na vida dessas pessoas (POSTALI, 2019).

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Considerando o rap como um instrumento social que viabiliza e conversa com as realidades vividas nas comunidades, este trabalho se propõe a analisar algumas letras considerando as perspectivas do racismo estrutural, pobreza e a abordagem do tema da maconha quando comparada a outras drogas lícitas, como parte da cultura presente nas comunidades.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1) Apontar o papel do Hip hop e do rap nas comunidades pobres brasileiras em que se observa o racismo estrutural que marca o país, assim como a banalização do genocídio negro;
- 2) Entender o papel das artes na luta das pessoas mais vulnerabilizadas contra o descaso estatal;
- 3) Analisar algumas letras de rap, observando a representatividade em relação às comunidades e como evidenciam a violência nos territórios periféricos, considerando Manguinhos e outras periferias no Brasil.

4. METODOLOGIA

O estudo terá caráter qualitativo e utilizará como procedimentos metodológicos o levantamento bibliográfico referenciado sobre a sociedade brasileira e o racismo estrutural, além de artigos relevantes sobre o tema por meio da busca nas bases de dados Lilacs, SciELO e Google Acadêmico. Ademais, o trabalho irá debruçar-se sobre canções de rap, cujas análises revelam os conflitos e as dificuldades vivenciadas por moradores de comunidade e suas manifestações artísticas. O intuito é entender quais mecanismos são usados e como essas pessoas são abdicadas de seus direitos básicos.

Entende-se, que a partir deste referencial teórico seja possível identificar as características estruturais da sociedade brasileira sob seu caráter histórico.

5. CAPÍTULO 1: A POLÍTICA DE MORTE, O RAP E SUA IMPORTÂNCIA NAS PERIFERIAS

No livro “Necropolítica”, escrito por Achille Mbembe, encontramos o seguinte trecho: “a guerra, afinal, é tanto um meio de alcançar a soberania, como uma forma de exercer o direito de matar. Se considerarmos a política uma forma de guerra, devemos perguntar: que lugar é dado a vida, a morte e ao corpo humano?” (ACHILLE MBEMBE, 2016). Assim como no passado, ainda é possível observar o racismo estrutural e o genocídio do povo preto sendo mascarado, assim como o Mbembe descreveu em um dos trechos do seu livro:

O controle sobre a morte e a capacidade de resistir e esse controle encontram suas formas mais notáveis nos contextos de guerra e opressão. A resistência a esse poder de matar vem da tentativa de subverter o controle total sobre o corpo e a vida, muitas vezes através de práticas culturais, de organização comunitária e da luta contínua por dignidade.” (ACHILLE MBEMBE, 2016).

Desse modo, podemos entender que práticas culturais, como rap, capoeira e outras formas de expressão periférica são algumas maneiras dos jovens resistirem a esse sistema, subvertendo esse poder que considera suas vidas descartáveis. Práticas como essas são marginalizadas e repreendidas pelas forças de segurança do estado, pois representam uma ameaça a esse sistema violento e escravocrata. A formação das favelas, a partir da visão urbanista, é fruto do racismo ambiental sofrido por essas populações marginalizadas, que são obrigadas a viver em ambientes insalubres, sem condições mínimas de qualidade de vida. O Estado, que deveria dar suporte a essas pessoas, negligências, necessidades básicas de saúde dessas regiões carentes, além de fazer uso de contenções violentas (ACHILLE MBEMBE, 2016).

Por trás do cenário da “cidade maravilhosa” que é visto na Zona Sul, temos diversas comunidades carentes que sofrem diariamente com a crise social que existe no Rio de Janeiro, o que contribui para a existência de um ciclo vicioso de exclusão social, genocídio e violência. Mbembe relaciona essa dinâmica ao conceito de biopoder: “Foucault entende o biopoder como uma ferramenta que só funciona diante de uma emergência, o biopoder parece funcionar mediante a divisão entre quem deve viver e quem deve morrer. Operando com base entre uma divisão entre vivos e os mortos” (ACHILLE MBEMBE, 2016).

Evidenciando, assim, que a necropolítica serve como uma ferramenta de extermínio da população mais vulnerável, justificando as mortes como uma forma de proteção perante às classes “superiores”, deixa claro a negligência do estado e a seleção de quem merece viver e

quem não. No contexto de Mangueiras, operações como as do Jacarezinho contam com intensos tiroteios, na maioria das vezes em horário comercial, com moradores indo para o trabalho e crianças indo e voltando da escola. Abordagens extremamente violentas, com tortura física e psicológica, deixam um rastro de sangue por onde passam. Em entrevista, o delegado Rodrigo Oliveira, da CORE, que participou da operação realizada na comunidade do Jacarezinho, falou que “se alguém fala de execução nessa operação, foi no momento em que o policial foi morto com um tiro na cabeça” (G1,2021).

Vemos assim a brutalidade policial, o abuso de poder e a forma como esses corpos negros são frequentemente violados por essa polícia que tem total liberdade de tirar vidas e são recompensados muitas vezes por esses feitos. Em um trecho da música “Bang”, do Emicida, observamos a violência extrema policial:

A viatura vem de lá toda cheia de marra mete o pé, cuzão, se não cê dança na barra. Acha que e deus sem poder de dar vida na mira. Morre mais um que fim levou? Era negro, era favelado. Bang! (Emicida part. Adriana Drê, 2013).

Casos assim não são isolados, como o caso de um jovem morador do complexo do Chapadão, localizado na zona norte Rio de Janeiro, que foi chicoteado por policiais do batalhão de Irajá². O caso ocorreu em 4 de agosto de 2019, ocasião na qual foi constatado que a vítima era portadora de esquizofrenia, o que demonstra a prática desumana desses profissionais que são treinados para matar. Não é o primeiro e muito menos o último caso que veremos de abuso de autoridade policial, o que traz à tona o racismo impregnado e disfarçado. A indignação estimula a reflexão: quais corpos podem ser torturados, abordados, mortos? As feridas nas costas desse jovem remetem ao tempo da escravidão ao ser morador de favela, evidenciando o uso da biopolítica e necropolítica nas forças de segurança do estado. A importância do rap para essas pessoas funciona como forma de protesto contra toda a violência que transcende o tempo e que é destinada à população mais vulnerável: preta e periférica (VIANNA, 2019).

Em uma viagem de férias, planejada há meses entre quatro amigos, com destino ao Rio, quatro adolescentes de 13 e 14 anos, acompanhados dos avós de um deles, experienciaram nas primeiras horas a pior forma de violência³ (G1,2024). Às 19h, voltando para casa em Ipanema, foram deixar um amigo na porta de casa, na Rua Prudente de Moraes,

² (VIANNA, 2019)

³ (G1,2024).

quando foram abruptamente abordados por policiais militares, armados com fuzis e pistolas que, sem perguntar nada, encostaram os meninos (menores de idade) no muro do condomínio. Três, dos quatro adolescentes, eram negros. Foram obrigados a tirar o casaco e levantar o “saco”. Após a abordagem desproporcional, testemunhadas pelo porteiro do prédio, foram questionados de onde eram e o que faziam ali, evidenciando uma cena clara de racismo e de abuso de autoridade.

Quando é analisado sob a perspectiva da necropolítica, percebemos que esse tipo de conduta não é apenas um excesso ou desvio da função, mas sim uma prática que visa a manutenção de um controle rigoroso sobre determinados grupos sociais, muitas vezes marginalizados. Esse controle pode ocorrer de maneira explícita, como na violência policial contra populações periféricas, ou de modo sutil, como nas políticas que perpetuam a desigualdade e falta de acessos a serviços essenciais, como saúde e educação.

A necropolítica expõe que esse abuso é frequentemente direcionado aos que estão “fora” da normatividade hegemônica, como os pobres, os negros, os indígenas, os imigrantes. Esses grupos acabam ocupando um “lugar de morte”, onde suas vidas são vistas como menos valiosas ou descartáveis. Isso cria um ciclo de violência, em que o abuso de autoridade não é uma falha no sistema, mas uma expressão estrutural de quem possui o poder sobre a vida e a morte (ACHILLE MBEMBE, 2016).

A morte dessas pessoas faz com que as engrenagens do racismo e do capitalismo funcionem onde o estado fornece as condições mais precárias e adota uma política de morte, um genocídio na favela, região onde está concentrada a maior parte da população pobre. A presença constante de operações policiais violentas, que colocam em risco a vida dos moradores, mostra como o estado exerce um controle que não visa a proteção, mas sim a contenção de populações que consideram perigosas ou descartáveis. Muitas vezes, essas operações resultam em mortes, sobretudo entre jovens negros e periféricos, que passam a viver sob a ameaça constante de se tornarem vítimas da violência (ACHILLE MBEMBE, 2016)

Além disso, a ausência de políticas sociais adequadas, como acesso a serviços de saúde, educação e saneamento básico, demonstra como o estado “abandona” esses moradores. A falta de investimento em infraestrutura e a precariedade dos serviços públicos criam uma situação em que doenças, fome e violência se tornam parte do cotidiano, afetando especialmente os mais vulneráveis. Manginhos é um exemplo de como a necropolítica opera

nas favelas e periferias do Brasil, onde o estado se faz presente, mas não por políticas públicas de qualidade e sim pela violência, inserindo essas favelas a um estado de sobrevivência em condições precárias e com uma constante ameaça a vida dessas pessoas (SANTOS et al., 2024)

Segundo Marcos Cueto, professor do programa de pós-graduação em história das ciências e saúde da casa de Osvaldo Cruz/Fiocruz, “a cloroquina forneceu uma oportunidade para mostrar que estava se fazendo algo tangível para o público – neste caso, criando esperanças de uma ‘bala de prata’ e dando às pessoas uma sensação de segurança para continuar trabalhando e desobedecer ao distanciamento social e os lockdowns. Além disso, foi uma maneira de cooptar alguns médicos e dividir a comunidade científica, eludir as pesquisas sobre a corrupção no governo e adiar a compra de vacinas”⁴ (“Marcos Cueto, editor de HCS-Manguinhos, critica necropolítica no Brasil | Portal de Periódicos”, 2021).

Para o professor, a promoção autoritária da cloroquina fez parte de um esforço de manipulação da ciência e da medicina e pode ser entendida a partir do conceito de necropolítica, idealizado pelo historiador e filósofo camaronês Achille Mbembe. Cueto cita três motivos: primeiro, a droga desviou a atenção das condições precárias de vida entre os indígenas e afro-brasileiros, cujas mortes tornaram-se naturalizadas e consideradas fortuitas – e não uma responsabilidade do Estado. Em segundo lugar, a cloroquina reforçou a tendência de compromissos mínimos do Estado para os pobres, por exemplo, obliterando esforços para implementar testes e fornecer oxigênio. Por fim, a cloroquina não interferiu em um dos objetivos do governo: a destruição dos povos indígenas na Amazônia e o uso de suas terras para agricultura comercial e mineração – segundo muitos especialistas, um genocídio: “Em suma, a cloroquina foi parte de uma necropolítica governamental, ao ser parte da decisão sobre quem poderia viver e quem sofreria e morreria durante a pandemia” (“Marcos Cueto, editor de HCS-Manguinhos, critica necropolítica no Brasil | Portal de Periódicos”, 2021).

A promoção autoritária da cloroquina serviu como uma estratégia para evitar investimentos em ações mais eficazes, como implementação de uma infraestrutura adequada para testes e o fornecimento de oxigênio para pacientes graves. Com isso, o estado reforça a necropolítica ao escolher uma abordagem que era intencionalmente ineficaz para os mais pobres, perpetuando uma desigualdade onde a vida dos marginalizados é tratada com menos

⁴ (“Marcos Cueto, editor de HCS-Manguinhos, critica necropolítica no Brasil | Portal de Periódicos”, 2021)

importância. Trazendo assim um questionamento, será que essas pessoas são vistas como cidadãos? E se sim, onde estão os seus direitos garantidos na constituição?

Manguinhos está inserido em um contexto de guerra onde todos os fatores geográficos ou políticos são desfavorecidos. Quando chove, milhares de pessoas têm seus bens levados pela chuva, e o estado nada faz para mudar esse cenário. Todo dia acordo com um “caveirão” na minha porta, com aquele clima de tensão, onde a qualquer momento pode haver um tiroteio. Qual o método de ação que o estado escolhe? Extermínio do povo favelado? Operações fracassadas? Quantas crianças precisam morrer de bala perdida para que o estado visualize e organize políticas públicas de qualidade para essa parcela da população? Para muitos, o futuro é incerto, especialmente para os jovens que convivem com o medo de ser tornarem vítimas de ações policiais ou da violência relacionada ao tráfico de drogas, que frequentemente envolvem confrontos armados.

A constante ameaça à vida cria um senso de urgência e um “aproveitamento do presente”, pois o futuro é, muitas vezes, visto como inalcançável ou pouco promissor. Esse sentimento reflete o efeito da necropolítica: o estado gera, intencionalmente ou por omissão, um ambiente onde sobreviver já é um desafio diário. Nesse contexto, a educação e o trabalho são acessos restritos e, muitas vezes, a única saída aparente envolve trabalhos informais análogos à escravidão e dependência de programas assistenciais insuficientes. A criminalização da pobreza e a estigmatização dos moradores reforçam a ideia de que as favelas são “zonas de mortes”, locais onde a presença do estado é voltada para reprimir e não para cuidar. Isso reforça uma visão do morador de favela como alguém “que não tem direito de viver”, onde suas vidas são constantemente ameaçadas, seja pela violência estatal ou pela falta de políticas públicas básicas (ACHILLE MBEMBE, 2016).

Ao priorizar a repressão e negligenciar políticas públicas essenciais, o Estado cria uma situação em que os moradores vivem em condições extremas de vulnerabilidade e riscos constantes. Assim, não são disponibilizadas soluções viáveis e se adota uma política de violência racista que ceifa a vida de pessoas que estão inseridas nesse local, não só assassinando, mas também matando a esperança de uma vida melhor para essas pessoas marginalizadas. Esse controle pode ocorrer de maneira explícita, como na violência policial contra populações periféricas, ou de modo sutil, como nas políticas que perpetuam a desigualdade e a falta de acesso a serviços essenciais, como saúde (ACHILLE MBEMBE, 2016).

6. CAPÍTULO 2: RAP COMO UM GRITO DE RESISTÊNCIA

O Hip Hop surge na década de 1970 no *Bronx*, um bairro de Nova York, em um contexto de desigualdade social, pobreza e tensões raciais que existia nesse território. Esse movimento foi uma forma de expressão para os jovens afro-americanos e latinos que viviam em áreas marginalizadas, não só como um gênero musical, mas como uma cultura que incluía várias formas de arte, como a música (rap), dança (*break dance*), arte visual (grafite) e a atuação dos Djs (LÚCIA, 2011).

O *bronx* estava em colapso econômico, com altos índices de criminalidade e falta de oportunidade para jovens. As festas de rua e bairro se tornaram refúgio, onde a música e a dança ofereciam uma maneira de escapar das dificuldades. Os Djs, como o *koolherc* considerado um dos pioneiros, criavam batidas inovadoras usando dois toca-discos para estender as partes instrumentais das músicas (*break beats*), que eram as favoritas dos dançarinos de *break*. Com o tempo foram surgindo os Mcing (rap) mestres de cerimônia que rimavam sobre batidas do Dj, falando sobre suas experiências, lutas e vida nas ruas (LÚCIA, 2011).

O *break dance* era uma forma de competição amigável entre jovens, onde os dançarinos de break desafiavam uns aos outros com movimentos acrobáticos. É possível ver essa prática nas rodas de rap e nos encontros dos mcs, com toda essa troca de cultura e esse suspiro de resistência. Em Manguinhos, o rap aparece com pouca força, mas com um grande público consumidor e produtor de arte de rua, com ritmos que reúne muitos artistas da comunidade, como o funk. Essa é uma tentativa de resgate desses jovens que estão a todo momento expostos a essa violência de guerra às drogas, operações violentas e a mesma história de sempre: o corpo estirado, preto, pobre e cheio de sonhos, assassinado por essa sociedade racista (LÚCIA, 2011).

O grafite é um estilo de arte de rua que se tornou uma forma de reivindicar visibilidade, com artistas grafitando seus nomes e símbolos nas paredes e trens da cidade. Um exemplo de artista grafiteiro é o Zéh Palito, de 28 anos, de São Paulo. Zéh é formado em Artes Plásticas e Design, utilizando o espaço de muros como forma de demonstrar sua arte. Seu trabalho retrata a interação humana com a natureza, sendo utilizada principalmente as

figuras do negro, indígenas e asiáticos, como forma de mostrar um olhar diferente sob as minorias étnicas, normalmente excluídas da mídia de massa⁵ (“Artistas”, [s.d.]).

Todos esses elementos como o break, o grafite, o rap e os Djing foram formar o ramo que conhecemos hoje como a cultura hip-hop, que rapidamente se espalhou para outros lugares e evoluiu ao longo das décadas, tornando um fenômeno global que está presente em diferentes territórios, mas com a mesma finalidade: resistência da cultura preta e forma de luta e reivindicação dos seus direitos perante um estado omissivo e assassino, que não cumpre com a própria constituição (LÚCIA, 2011).

Essa resistência é oriunda desde a época da colonização, quando as práticas de origem africana foram proibidas, como o uso da maconha, a prática da capoeira e o candomblé. Tais práticas foram marginalizadas, evidenciando o preconceito e o racismo que, até hoje, persiste de forma disfarçada. Nunca foi guerra às drogas, mas sim guerra aos negros, guerra ao gueto (SAAD, 2019).

No livro *Fumo de negro*, da Luiza Saad⁶ (SAAD, 2019), tem-se o relato de que a maconha passou a ser vista de forma pejorativa pois seus usuários pertenciam a classes mais baixas da sociedade, afinal, as descriminalizações raciais e social sempre existiram e percutem até a sociedade atual. Naquela época, as discriminações eram explícitas e “o fumo de negro, como era chamado o hábito de fumar maconha, rapidamente foi associado as camadas mais baixas da sociedade, em particular aos negros recém libertos” (SAAD, 2019). O estado não só criminalizou a erva, mas também utilizou dessa proibição para estigmatizar ainda mais uma cultura que já era vista como inferior e perigosa, tratando as práticas negras como desvios a serem combatidos” (SAAD, 2019).

No contexto histórico de Manguinhos, vemos um racismo estrutural e ambiental que evidencia o abandono do estado, levando em consideração que as pessoas que povoam esse território têm o mesmo perfil e fenótipo representados no trecho da música do MV Bill: “feito e esperto com uma cara de mal, a sociedade me criou mais um marginal” (“Soldado do Morro”, 2022). A música retrata uma população negra, pobre e favelada, que tem em sua trajetória de vida experiências de violência extrema, sem os direitos básicos que estão escritos na constituição. Essa realidade estimula o ciclo de exclusão e marginalização, impactando

⁵ (“Artistas”, [s.d.])

⁶⁶ SAAD, L. “Fumo de negro”: a criminalização da maconha no pós-abolição. 2019

diversas esferas da vida dessas pessoas, como a segurança, a educação, o mercado de trabalho e a saúde.

Operações como a do Jacarezinho afetam diretamente as pessoas que moram nessa localidade, sofrendo invasões de suas moradias, causando medo, traumas, afetando diretamente os jovens negros e periféricos, criando a sensação de desvalorização da vida dessas pessoas. Mesmo abdicados de seus direitos como cidadãos, ainda têm forças para lutar e resistir, introduzindo arte e cultura com movimentos comunitários e iniciativas locais que buscam melhorar as condições de vida dessas pessoas, que são injustamente tomadas de seus direitos como seres humanos.

O livro *fumo de negro*, ao abordar o tema da proibição da maconha no pós-abolição, traz uma reflexão profunda de como as práticas majoritariamente pretas foram proibidas exclusivamente por serem práticas negras e como o estado abandonou esses territórios, onde a falta de saneamento, saúde e segurança e onde o racismo perpetua (SAAD, 2019). Luiza Saad traz uma reflexão de como a proibição da maconha foi uma forma de controle social pós-abolição da escravidão, assim como vemos esse controle na favela de Manguinhos, onde o racismo se manifesta na forma de repressão estatal e na falta de oportunidades para essa população, evidenciando o descaso e abandono do estado, criando um cenário de tensão diária para quem ali reside. Além disso, gera estigmatização dessa população, reforçando o racismo que criminaliza a pobreza e a negritude, tornando os moradores alvos de repressão.

Dentro desse contexto, o rap surge como uma das mais poderosas formas de resistência do povo periférico, abordando temas vividos diariamente por essas pessoas. MV Bill, Racionais, Djonga, Sabotagem, por exemplo, usam suas letras para narrar a realidade de violência e exclusão. Na música “soldado do morro”, MV Bill mostra a realidade da violência cotidiana de jovens que, diante de tanta violência e falta de oportunidade, são levados a um ciclo de criminalidade e rejeição da sociedade.

A violência da favela começou a descer pro asfalto
Homicídio, sequestro, assalto
Quem deveria dar a proteção
Invade a favela de fuzil na mão” (“Soldado do Morro”,
2022).

Esse trecho mostra claramente a realidade da favela de Manguinhos, onde a juventude negra e marginalizada se torna vítima tanto da polícia, quanto do sistema.

“Feio e esperto com uma cara de mal
A sociedade me criou mais um marginal
Eu tenho uma nove e uma HK
Com ódio na veia pronto para atirar”
 (“Soldado do Morro”, 2022).

A violência da favela é proposital, pois a necropolítica permite que esses corpos não sejam legitimamente humanos, virando alvos de extrema violência. Esse estilo musical dialoga diretamente com as questões raciais ao colocar o negro como protagonista da sua própria história de dor, resistência e luta, sendo assim a música uma declaração de empoderamento e de resistência que surge através da arte e da expressão cultural, como forma de sobrevivência. A necropolítica está diretamente ligada a forma como o Estado vê essas pessoas como empecilhos e tenta de todas as formas exterminar toda e qualquer prática negra e, quando não consegue, rouba sua cultura e se apropria, como o candomblé, que foi proibida por décadas e, até hoje, se tem um preconceito enraizado quando falamos de religiões de matriz africana.

Dentro das favelas, o rap se faz muito presente por ser um movimento negro de protesto através das letras. Dentre as pessoas que fazem uso dessa arte temos o Djonga, que evidencia essa voz do marginalizado, como na música “Olho de tigre”, que aborda temas como racismo, necropolítica, refletindo sobre a realidade vivida pela população negra. Outra artista referência é a conhecida Elza Soares, que utiliza de suas músicas como forma de protesto, como observado no trecho “a carne mais barata do mercado ainda é a carne negra”. Como dizia Elza, “eles tão matando, hein?”.

Tem gente lucrando e a gente sangrando,
Isso e um plano, hein?
E o estado finge que não vê,
Enquanto ce finge que se importa.
Só não finge quando o sangue chega até a sua porta” (“A

Carne” - Elza Soares).

Nessa letra, Djonga faz uma clara referência à desigualdade racial e à violência policial contra a população negra. O hip-hop desempenha um papel fundamental dentro das favelas e comunidades periféricas, como ferramentas de resistência, expressão e transformação social. Essas vozes são ignoradas pela sociedade e pelos meios de comunicação convencionais. O hip-hop sempre esteve conectado a movimentos de resistência. No Brasil, o rap em particular tem uma forte tradição de crítica social e política, denunciando as injustiças vividas pela população negra. No show “Amarelo”, do Emicida, temos a seguinte abertura:

A primeira vez que eu fui na África meu amigo Chapa me levou em um museu que tem em Angola, que eles chamam de museu da escravidão e naquele lugar tinha uma pia que estava escrito um texto na parede que era mais ou menos assim: Foi nessa pia que os negros foram batizados e através de uma ideia distorcida do cristianismo eles foram levados a acreditar que eles não tinham alma. Eu olhei para o meu parceiro e naquele dia

eu entendi qual era a minha missão. A minha missão é cada vez que eu pegar uma caneta e um microfone é devolver a alma de cada um dos meus irmãos e das minhas irmãs que algum dia sentiu que não teve uma. (Emicida (Ft. Pastor Henrique Vieira) – Príncipia (Ao Vivo)”, 2021).

Debruçando nessa reflexão do Emicida, entendemos como o racismo e a violência entrelaçam um preconceito que, além de agredir e mutilar os corpos, mutila sonhos e perspectivas de vida. O pensamento de sonhar em sair daquela realidade são diariamente apagados. O que o favelado tem que fazer para ser aceito na sociedade? Fingir ser de uma realidade que não é, abdicar de seus costumes e da sua ancestralidade? Como sobreviver a essa sociedade eurocêntrica e racista, que visa defender seus patrimônios e seus tronos a todo custo?

O rap evidencia como a necropolítica é uma ferramenta incisiva do capitalismo neoliberal, trazendo à tona uma política de morte que poucos conhecem pela falta de acesso à essa educação. O rap é uma ferramenta não só de revolta, mas também uma ferramenta de inclusão, trazendo assim uma perspectiva de luta e de mudança de realidade para esses jovens, tirando de um caminho de violência e morte e trazendo para um local de reconhecimento de sua cultura. Além disso, o rap representa a liberdade de se expressar e de fazer arte como uma forma de protesto, em que o silenciamento que sofrem quando tem operação e abordagens são contadas em letras, trazendo à tona uma realidade que é omitida na mídia e transformada em matérias tendenciosas.

Esse tipo de violência aconteceu comigo, em uma abordagem truculenta da polícia militar em que eu estava voltando do meu trabalho à noite e fui abordado com xingamentos e repressão. Ainda ouvi da boca do policial que se ele me desse um tiro ali não ia dar nada pra ele. Nesse momento percebi que o policial tem uma corporação toda do lado dele que maquia as formas erradas de agir dos agentes. O hip hop também atua como uma forma de resistir a essas abordagens e esse ódio, onde em um contexto em que o jovem favelado é, em muitas vezes, marginalizado e estigmatizado, a cultura hip hop afirma que eles sim tem valor e dignidade. As músicas, danças e grafites são expressões de orgulho da própria identidade e de valorização da cultura periférica. Ao invés de aceitar o papel de “marginal”, o favelado redefine seu valor e se veja como protagonista da sua própria história.

O hip hop como um movimento historicamente associado às comunidades afrodescendentes, também é um resgate das raízes culturais e da identidade negra. Através dele, muitos jovens de periferia encontram um sentido de pertencimento e de orgulho de suas

origens, reforçando a importância da cultura africana e afro-brasileira. O hip hop contribui para valorização e preservação dessa identidade, que muitas vezes é apagada ou marginalizada na sociedade. Ela é uma força transformadora na vida de muitos favelados. Ela não só proporciona expressão, mas também gera consciência, oferece apoio e, acima de tudo, valoriza vidas e as histórias de quem vive nas favelas. Para o jovem favelado, o rap é resistência, orgulho e um Grito por justiça em um mundo que frequentemente tenta silenciá-lo.

7. CAPÍTULO 3: ANÁLISE DAS MÚSICAS

7.1 CAPÍTULO 4 VERSÍCULO 3 – RACIONAISMCS

A música “Capítulo 4 versículos 3”, dos Racionais mcs, é uma crítica intensa e direta às realidades vividas na periferia brasileiras. Ela expõe o cotidiano marcado pela violência, pelo racismo e pela exclusão, compondo uma narrativa que conecta e se relaciona direto ao conceito de necropolítica, formulado pelo Achille Mbembe. Principalmente em regiões e populações marginalizadas, a segurança e os direitos básicos são negligenciados, enquanto a violência e repressão se tornam a forma dominante de controle social, como se expressa no trecho “fardas e armas não me intimidam, sou um preto tipo A”. Esse verso mostra a relação de conflito entre jovens negros da periferia e o estado, que se manifesta através de uma polícia militarizada e violenta, marcada pelo controle e pela repressão, não pela proteção. Esse cenário é um exemplo claro de necropolítica, o estado por meio de suas forças de segurança, trata a periferia como uma zona de exceção, onde os direitos são suspensos e a violência é naturalizada.

Esse mesmo estado transforma o território em uma “zona de guerra” e a resistência do “preto classe A” representa um ato de subversão contra essa política de morte, uma reafirmação de dignidade frente a desumanização que o sistema impõe, como na parte “enquanto os boys se divertem, nos morre”. Esse verso expõe a desigualdade social e a seletividade de necropolítica. Enquanto as classes mais ricas vivem em áreas seguras e com direitos garantidos, a periferia é deixada para “morrer”, sem assistência ou proteção. A frase destaca como o estado prioriza e protege alguns grupos, enquanto outros são abandonados e mortos.

A necropolítica está presente aqui na maneira como o estado e a sociedade consideram certas vidas mais valiosas do que outras. Enquanto uma parcela da população tem segurança e tranquilidade, outra vive em constante vulnerabilidade, submetida a violência e a falta de oportunidades. (ACHILLE MBEMBE, 2016).

O verso “Eu sou mais um sobrevivente, não um sobrevivido” mostra a condição de resistência ativa do jovem periférico. Em vez de apenas “sobreviver” diante da violência e da necropolítica, ele se declara sobrevivente, ativo na sua luta diária contra um sistema que decide quem vive e quem morre. Essa postura desafia a necropolítica ao afirmar que a vida na

periferia, não é passiva, ela é uma resistência perpétua. A violência e o racismo estrutural são parte do cotidiano, mas o “sobrevivente” é aquele que, mesmo em contexto de abandono e violência, reafirma sua presença e sua resistência contra as políticas que os exclui.

O trecho “Homem na estrada, recomeça sua vida. Sua finalidade a sua liberdade” sugere a luta constante por uma vida digna, por recomeços e pela liberdade, algo que a necropolítica sistematicamente nega aos marginalizados. Para quem vive sob uma política que define quem é digno de proteção e quem é considerado dispensável, é a busca pela liberdade e por uma existência. Representa uma tentativa de reconfigurar essa estrutura que dia após dia mata favelado, oprime e marginaliza. A liberdade aqui é entendida como o direito de viver sem o peso da violência, da discriminação e da constante ameaça a vida. O “homem da estrada” é o jovem que busca escapar das garras da necropolítica, que tenta quebrar o ciclo de opressão e violência imposto pelo sistema. Em “E foda aqui para nós, sobreviver e meta”, a frase reflete como a sobrevivência se torna um objetivo para quem vive não regiões marginalizadas. O fato de que “sobreviver” já é uma meta expõe o quanto a necropolítica impacta o cotidiano desses jovens. A estrutura social não garante os direitos básicos, e o simples ato de viver se torna um desafio diário em um ambiente, em que a violência é contante e o estado age mais como um agente de controle do que de proteção.

“Capítulo 4 versículo 3” é um testemunho poderoso sobre a realidade da necropolítica nas periferias. Os Racionais retratam como o estado decide quais vidas merecem ser protegidas e quais podem ser sacrificadas, levando a juventude negra e periférica a conviver com violência, o racismo e a exclusão. A música representa tanto uma denúncia quanto uma afirmação de resistência, mostrando que, mesmo em um contexto de opressão e abandono, a periferia resiste, reafirma o seu valor e sua dignidade perante a necropolítica e da violência extrema criada pelo estado genocida.

7.2. SOLDADO DO MORRO DO MV BILL (NACIONAL)

A canção "Soldado do Morro" (2022) de MV Bill tece uma crítica contundente à negligência do estado em relação às políticas públicas e iniciativas voltadas para as favelas. A música destaca o trágico destino de crianças negras e aponta o estado como diretamente responsável pela perda precoce de suas infâncias e juventudes. O sistema, por sua vez, opta por ignorar e generalizar toda a população da comunidade, propagando uma narrativa

preconceituosa e elitista. Essa perspectiva não apenas marginaliza os moradores, mas também os acusa injustamente de serem cúmplices dessas adversidades. A letra ressalta o peso injusto da culpa que recai sobre essas pessoas, sejam elas residentes, crianças ou comerciantes, que acabam sendo as maiores vítimas desse cenário sem terem a chance de conhecer a sua cultura ancestral e abdicados do direito de um cidadão.

A favela não é a favor do sistema capitalista, a favela gera lucro para o capitalismo e por esse motivo para eles o pobre no lugar de pobre é vantajoso. O estado deve a favela, saneamento básico, saúde, está na constituição. O direito à moradia, educação, saúde e saneamento básico. Favelas constituem espaços com vulnerabilidade social, desassistência social. Impactos significativos na população negra. Maior exposição a trabalho de riscos.

Na música “Soldado do morro”, MvBill expõe esse mecanismo ao narrar a vida de um jovem envolvido com o tráfico, cuja existência se torna descartável em uma sociedade que prioriza a repressão em vez da inclusão. A frase “pra você viver tem que matar ou morrer” sintetiza o estado de exceção constate nas favelas, onde a violência é naturalizada e a morte é uma constante.

Essa letra revela a existência simbólica de um estado que se manifesta majoritariamente por meio de operações policiais violentas, ignorando as demandas sociais da população. Nesse contexto, os jovens se tornam alvos de uma política de extermínio velada, inseridos em uma lógica onde a vida tem pouco ou nenhum valor. Essa violência não se restringe a presença do tráfico ou a repressão policial, mas está enraizada em um sistema que nega oportunidades de educação, emprego e dignidade. A música narra cenas de tiroteio, funerais precoces e o cotidiano marcado pela precariedade. Esses elementos não apenas evidenciam as adversidades enfrentadas pelos moradores das favelas, mas também denunciam a naturalização da morte de corpos negros e periféricos. MvBill não glorifica essa realidade, pelo contrário, ele denuncia, desafiando a narrativa midiática que frequentemente estigmatiza esses territórios. Na música, a ausência das políticas públicas efetivas é substituída por estigmas que reforçam a marginalização.

O rapper evidencia que, para muitos jovens, o tráfico é meio que uma saída para sobreviver. O “soldado do morro”, portanto, é um resultado de um sistema que fecha as portas para os outros caminhos, transformando sonhos em uma luta incessante pela sobrevivência, nesse sentido o rap não apenas denuncia, mas também promove reflexões sobre as estruturas de poder e incentiva a luta por justiça social.

“Soldado do morro” é uma obra que ultrapassa a denúncia, é um chamado para agir e ter empatia. MvBill transforma a música em uma forma de protesto. A canção nos força a confrontar as realidades das periferias brasileiras e a repensar no papel do estado e da sociedade na perpetuação das desigualdades.

Na música, rejeitar rótulos é um ato de resistência e luta. Suas rimas refletem preocupações com a saúde mental da população negra. Assim, ele se posiciona ativamente contra essa adversidade, utilizando sua arte como uma ferramenta de empoderamento e combate ao racismo, ainda arraigado na cultura brasileira e global. Ele representa uma vanguarda onde os negros têm autonomia para criar suas próprias narrativas e falar por si mesmos. Vemos que o rap se consolida como uma ferramenta essencial para alimentar e expandir as vozes dos invisibilizados e promove mudanças significativas.

7.3. MGH DRILL DO VITIN (MANGUINHOS)

No estilo Drill, Vitin retrata a realidade de Manguinhos, refletindo o comportamento e a essência da comunidade através da arte, moda e dança. Esse retrato é autêntico, com a participação de residentes da própria favela. A mensagem principal é que, apesar de um ambiente muitas vezes adverso e caótico, há potencial para transformação por meio de ações e micropolíticas locais. A música abre um diálogo sobre como explorar e canalizar potenciais criativos em eventos, festas, rodas culturais, batalhas e atividades recreativas. Um exemplo é a "Revoada de Manguinhos" (2021), que incentiva os jovens a se dedicarem à arte e à cultura. O objetivo é destacar e celebrar a força coletiva e a potência criativa da comunidade, além da letra de “mghdrill” ser um retrato potente da vivência dos jovens periféricos brasileiros, destacando o impacto do racismo estrutural e da necropolítica em suas realidades.

Além disso, evidencia como o rap é usado como ferramenta de denúncia e ressignificação dessas experiências: “território igual farc em cada ponto dez guerrilheiros, infelizmente o estado criou o seu próprio pesadelo”. Esse trecho remete ao conceito de necropolítica, pois descreve a gestão estatal da morte em territórios marginalizados. Aqui o “território” é representado como um espaço de guerra constante, onde jovens são vistos como inimigos e alvos da violência institucional.

A ausência de políticas públicas efetivas dá lugar a uma lógica de confronto, transformando a periferia em um “pesadelo”, tanto para o estado quanto para os seus

moradores. Em “50 tons de vermelho do sangue no asfalto do amor verdadeiro”, a imagem do sangue no asfalto reflete a banalização das mortes nas favelas, consequência das operações policiais e confrontos armados. Essa violência, frequentemente direcionada contra os jovens negros, reforça o estado de exceção contínuo nessas regiões onde a vida é constantemente desvalorizada.

A letra do Vitin do Manguinhos é bastante densa, expõe a realidade de jovens periféricos em meio a violência extrema da favela, abordando temas como a necropolítica e o racismo estrutural. Ao mesmo tempo, celebra a resistência e a criatividade dessas comunidades, ressaltando o papel do rap como ferramenta de denúncia, identidade e transformação social. Através de imagens impactantes e versos contundentes, o artista mostra como a juventude periférica enfrenta e ressignifica as adversidades impostas por esse sistema excludente, reafirmando sua dignidade e lugar na sociedade. Evidencia assim, a importância de olharmos para essa narrativa com vozes legítimas de um Brasil que ainda luta por igualdade e justiça, reafirmando a importância da música para o resgate desses jovens em situação de vulnerabilidade.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Moradores de áreas marginalizadas sofrem diariamente as consequências de um estado violento e negligente, onde, por exemplo, suas necessidades básicas de saúde são ignoradas e, conseqüentemente, suas vidas desvalorizadas. Uma das comunidades mais acometidas por operações policiais é o Manguinhos, onde, na maioria das vezes, resultam em mortes. Esse abuso de poder comprova a presença da necropolítica na sociedade atual, usando as mortes como forma de proteção perante as elites. O estado exerce um controle que não visa a proteção, mas a contenção da população considerada perigosa ou descartável. A ausência de políticas públicas igualitárias são uma constante ameaça à vida, criando um senso de urgência e “aproveitamento do presente”, pois o futuro se torna inalcançável ou pouco promissor.

A cultura hip-hop, formada por elementos como o break dance, grafite, rap e DJing, surgiu como refúgio e resistência para jovens negros e periféricos diante da exclusão social, da violência e do descaso estatal. No Brasil, o rap se destaca como ferramenta de denúncia, inclusão e valorização da identidade afro-brasileira, promovendo orgulho e pertencimento. Mesmo enfrentando a necropolítica e a criminalização de suas práticas, o hip-hop atua como instrumento de luta e transformação, resgatando jovens da violência e reafirmando a importância da cultura negra como ato de resistência e preservação.

As músicas “Capítulo 4, Versículo 3” (Racionais MC’s), “Soldado do Morro” (MV Bill) e “MGH Drill” (Vitin) têm em comum o uso do rap como ferramenta de denúncia e resistência, abordando o racismo, a violência e a necropolítica nas periferias. Elas expõem a negligência e a repressão estatal, mas também celebram a força e a criatividade das comunidades, utilizando a música para promover a identidade e a transformação social. Essas canções mostram como o rap se torna um meio vital de luta e ressignificação das experiências periféricas.

REFERÊNCIAS

A Carne - Elza Soares. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/elza-soares/281242/>>. AMARAL, Mônica Guimarães Teixeira do; CARRIL, Lourdes. O Hip Hop e as diásporas africanas na modernidade: uma discussão contemporânea sobre cultura e educação. **O Hip Hop e as diásporas africanas na modernidade: uma discussão contemporânea sobre cultura e educação**, 2015.

Artistas. Disponível em: <<https://www.simoedeassis.com/artistas/zeh-palito>>.

BANG! (part. Adriana Drê). Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/emicida/bang/>>. Acesso em: 27 nov. 2024.

Capítulo 4, Versículo 3 - Racionais MC's. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/racionais-mcs/66643/>>.

Corpos no chão, invasão de casas e celulares confiscados: os relatos de moradores do Jacarezinho. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/06/operacao-jacarezinho-relato-moradores.ghtml>>.

DE HOLLANDA, Heloisa Buarque. **A Política Hip Hop nas favelas brasileiras. Cadernos de Estudos Culturais**, v. 4, n. 8, 2012.

Emicida (Ft. Pastor Henrique Vieira) – Principia (Ao Vivo). Disponível em: <<https://genius.com/Emicida-principia-ao-vivo-lyrics>>. Acesso em: 27 nov. 2024.

FRANCO, M. Roda Cultural do Pac'stão - Dicionário de Favelas Marielle Franco. Disponível em: <https://wikifavelas.com.br/index.php/Roda_Cultural_do_Pac%27st%C3%A3o>. Acesso em: 27 nov. 2024.

LÚCIA, A. **Letramentos de reexistência.** [s.l: s.n.].

Marcos Cueto, editor de HCS-Manguinhos, crítica necropolítica no Brasil | Portal de Periódicos. Disponível em: <<https://periodicos.fiocruz.br/pt-br/marcos-cueto-editor-de-hcs-manguinhos-critica-necropolitica-no-brasil>>. Acesso em: 27 nov. 2024.

Olho de Tigre (Perfil #22) - Djonga. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/djonga/olho-de-tigre/>>.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & ensaios**, n. 32, p. 122-151, 2016.

OLIVEIRA, Roberto Camargos de et al. **Música e política: percepções da vida social brasileira no rap.** 2011.

PMs apontam armas para filhos de diplomatas estrangeiros negros durante abordagem em Ipanema. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/07/04/pms-abordagem-ipanema-diplomatas-filhos.ghtml>>.

POSTALI, T. Música e identidade cultural: O rap como a ferramenta de comunicação dos territórios urbanos marginalizados. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, v. 17, n. 38, p. 132–143, 2019.

PÚBLICASL. DE P.; SAÚDE (LAPPACS/UFRGS), A. C. E. Necropolítica (livro) - AchileMbembe. www.academia.edu, [s.d.].

Quem não quis enfrentar a polícia foi preso, diz delegado sobre Jacarezinho. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/quem-nao-quis-enfrentar-a-policia-foi-presos-diz-delegado-sobre-jacarezinho/>>. Acesso em: 27 nov. 2024.

Rap contribui para a formação social de cantores e jovens da periferia. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/diversidade/rap-contribui-para-a-formacao-social-de-cantores-e-jovens-da-periferia/>>.

SAAD, L. “Fumo de negro”: a criminalização da maconha no pós-abolição. 2019.

SAAD, Luísa. “Fumo de negro”: a criminalização da maconha no pós-abolição. EDUFBA, 2019.

SANTOS et al. O racismo estrutural e seu impacto na saúde do adolescente afrodescendente brasileiro. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, v. 34, 1 jan. 2024.

Soldado do Morro. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/mv-bill/68014/>>. Acesso em: 27 nov. 2024.

SOUZA, Fábio Vieira de. Rap: uma linguagem de protesto. 2014.

SUPLEMENTO PERNAMBUCO. **O rap que reinventa a periferia - Outras Palavras.** Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/o-rap-que-reinventa-a-periferia/>>. Acesso em: 27 nov. 2024.

THOMAZ, Daniara. “Ensino de Sociologia e Hip Hop: o rap enquanto estratégia educativa”. <<http://www.crc.uem.br/departamento-de-pedagogia-dpd/koan-revista-de-educacao-e-complexidade/edicao-n-6-jun-2018/arquivos-n-6/ensino-de-sociologia-e-hip-hop-o-rap-enquanto-estrategia-educativa>>. Acesso em 02 de novembro de 2023.

TONI, C. 4P–Política Para o Povo da Periferia. **Juventude. br**, n. 9, p. 50-51, 2010.

VITIN. **VITIN - MGH DRILL (Prod. VICI).** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uftE5kKePrk>>. Acesso em: 27 nov. 2024.

Operação no Jacarezinho deixa 25 mortos, provoca intenso tiroteio e tem fuga de bandidos. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/06/tiroteio-deixa-feridos-no-jacarezinho.ghtml>>.